legitimação ou regularização de terras vem tendo andamento objetivo, fazendo, os processos, à espera de reciclagem do INCRA. É de se perder as esperanças quando se obtém junto à autarquia, outrossim, a informação de que os primeiros processos discriminatórios serão realizados a título de experiência... Ora, numa situação em que se encontra Rondônia, com áreas de gritante tensão social, quando a Nação exige esforços, o Governo pede dedicação e o povo rural a necessita de uma definição urgente, o INCRA faz experiências! Tal situação, aliada à falta de sindicatos e outros organismos de defesa do agricultor, em Rondônia, aumenta bastante a tensão em que já se encontram determinadas áreas rurais, levando ao povo a incerteza, o medo, o arrependimento, a desesperança, mas nunca, o esvaziamento demográfico, porque os colonos que chegam em levadas e levadas a Rondônia, não possuem meios de voltar às suas origens. Os documentos acostados a este depoimento dão uma pálida idéia de como andam as coisas em Rondônia, em matéria de reforma agrária. Tudo, realmente, parece se colocar contra esse povo rural. Por outro lado, o INCRA se queda inerte na defesa do agricultor, muito embora tenha também como sua obrigação, essa defesa (Decreto nº 70.430/72); por outro lado, o Governo do Território, quando não determina, pelo menos consente a que prisões injustas, despejos sumários e espancamentos sejam cometidos por seus policiais, ao longo da BR-364; enfim, complicando a situação, o Judiciário, tem como Segunda Instância, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em Brasília, cuja distância leva a distribuição de Justiça, em Rondônia, a preço muito acima das condições do lavrador. É muito comum, em Rondônia, a Polícia expulsar, por vontade do grileiro ou do latifundiário, os marginalizados agricultores, principalmente se estes já agrediram boas benfeitorias ao imóvel que ocuparam por anos a fio, cujas benfeitorias, ultimada a expulsão, aumentarão a fartura do grileiro. Não raro, também, a polícia, ao ser convocada para auxiliar Oficiais de Justiça em diligência de despejos, assume o comando das diligências, extrapola o âmbito do mandado judicial e faz uma limpeza da área, entregando-a, em bandeja de prata, ao grileiro. Até terem seus direitos assegurados em grau de recurso nos Tribunais, pouco ou nada resta do que o agricultor, com sacrifício, agregara ao solo, adubado, principalmente, com seu suor, sangue e cadáveres dos entes queridos, mortos de doença ou assassinados por jagunços. Aumentam, dia a dia, em Rondônia, os processos por abuso de autoridade cometido contra esse sofrido povo, e as denúncias que em processo regular são apresentadas ao Judiciário, normalmente são julgadas procedentes. As penas, entretanto, são tão ínfimas que, muito longe de servirem de punição, servem mais de estímulo a novas investidas contra o colono, principalmente tendo-se em linha de conta que a autoridade, cumprida a pena (afastamento do cargo por alguns meses) reassume suas funções e volta ao mesmo local de trabalho, adiando, ainda mais, o colono. O incrível é que os mandantes de tais crimes (grileiros e latifundiários), jamais são processados. Não se conhece um único caso, em Rondônia, onde o grileiro, que autoriza e paga a violência cometida pela Polícia, tenha sido processado. Muito menos preso. O ex-Secretário de Segurança Pública do Território, Rogério Afonso Schmidt, do Governo Theodorico Gahyva, determinou às Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia do Território que prendessem todos os ocupantes de terras que tivessem menos de noventa dias na área e os expulsassem de suas moradias, independentemente de autorização judicial, mormente o agricultor que não quisesse fazer "acordo" com os latifundiários. A finalidade dessa ordem foi beneficiar, principalmente, a firma Nova Joinville Ltda., recém-instalada em Ariquemes, de propriedade dos latifundiários do Sul, Udo Schmidt, Eugênio Schmidt, Ivan José Rodrigues, Álvaro Piski, Alfredo Salfert, Guinter Schols, Curt Alvino Monich, Karl Sliya, Eugênio Bruske e Luiz Schols, responsáveis por uma das mais violentas perseguições contra colono no Território. Dezenas de famílias foram expulsas, sem indenização ou com indenizações aviltantes, materializadas dentro da Sub-Delegacia de Ariquemes, cujos "acordos" eram feitos pelo Sub-Delegado, Sargento Jorge Rebelo e pelo Escrivão Mizael Bezerra, na presença do representante da

Nova Joinville, Ivan Rodrigues, então Vice-Prefeito da cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Essas autoridades foram processadas e condenadas por abuso de poder, mas os chefes da firma Nova Joinville, que financiaram a perseguição, continuam impunemente a violar os direitos desses possesores, que se vêem impedidos de regressar às suas casas, ou ao que resta delas, em razão do fogo que os pistoleiros e jagunços atearam nos casebres. Outro Secretário de Segurança Pública do Território, Arthur Carboni Filho, que serviu tanto ao Governo Marques Henrique quanto ao atual, determinou, nos últimos dias de sua nefasta gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, que lhe confiou o Governador Humberto da Silva Guedes, violento massacre à comunidade de Espigão D'Oeste, onde a brutalidade e o barbarismo chegaram às raias do paroxismo, com prisões e espancamentos até de inocentes crianças, buscando-se, segundo comentários na região, sutil vingança contra os Irmãos Melhorança, que, como proprietários da firma Colonizadora Itaporanga Ltda., representara, por abuso de autoridade, contra Arthur Carboni, quando este estava à frente da Polícia Federal de Rondônia. Como não pudesse se vingar nos Melhoranças, investiu o então Secretário de Segurança contra a humilde comunidade agrícola de Espigão D'Oeste, cujos rurícolas vieram para o Território infelizmente por intermédio da Cia. Itaporanga. Em sua consciência, ninguém pode entender a discriminação que as autoridades do Território (INCRA ou Governo) vêm dispensando ao povo rural de Espigão D'Oeste, que, pelo trabalho, com recursos próprios, têm sempre suas cujas cheias de cereais. O massacre que sofreram está bem relatado no documento acostado ao presente depoimento, formulado o relatório pelo então Chefe de Polícia do Território, Edson Tavares, bacharel de saudosa memória. Ontem, como hoje, as áreas possuídas por esses colonos vêm sendo literalmente invadidas por novos colonos, instruídos pelo então Chefe do Projeto Fundiário de Rondônia, Capitão Sílvio Gonçalves de Farias. Há que serem comentadas, aqui, as ações desapropriatórias ajuizadas pelo INCRA em Rondônia. Em razão da inegável necessidade social, reflexo dos constantes conflitos entre pequenos agricultores e grileiros, o Exmo. Sr. Presidente da República assinou os Decretos nºs 75.281 e 75.286/74, declarando de interesse social, para fins de reforma agrária, os polígonos que mencionam. Um desses polígonos alcança área de cerca de 1.000.000 de hectares na região de Ariquemes e Nova Vida, altura dos quilômetros 200 a 250 da BR-364, cometendo ao INCRA o dever de ingressar com as ações desapropriatórias subsequentes, no prazo de dois anos, findos os quais, sem que as ações fossem ajuizadas, prescrever-se-iam os Decretos. O INCRA ajuizou algumas das ações desapropriatórias, firmadas, as iniciais pelo advogado do INCRA em Rondônia, Dr. Amir Francisco Lando de notável saber jurídico. Inexplicavelmente, todavia, essas ações não alcançaram as áreas declaradas de interesse social pelo Decreto, onde se situam o Seringal 70, de Aldemir Cantanhede; o Seringal Rio Preto, de Francisco Braga de Paiva, outras áreas de títulos provisórios de Aldemir Cantanhede (Título Uirajara, com cerca de 36.000 hectares) e de Joaquim Pereira da Rocha, em que se vem verificando os conflitos possessórios. Casualmente, estas pessoas são todas clientes do probo Dr. Fouad Darwich Zacharias, digno Presidente da Seção de Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil, que tem hoje como sócio em seu escritório de advocacia agrária o ilustre Dr. Amir Francisco Lando, que, na qualidade de advogado do INCRA, ajuizou as ações de expropriação mencionadas. Há, ainda, o caso da firma Frey Rondônia Florestal, que foi expropriada em 5.800 hectares de títulos definitivos (Triste Vida e Rio Branco), dentro do polígono objeto do Decreto desapropriatório mencionado. A inicial, firmada pelo Dr. Amir Francisco Lando, foi ajuizada e contestada. Inexplicavelmente, há cerca de um mês, as partes efetuaram acordo, recebendo a expropriada Frey Rondônia Florestal pela transação, nada menos que uma área de 30.000 hectares, seis vezes maior que a expropriada. Sem se comentar o caráter irreversível da desapropriatória por interesse social, é de se perguntar onde está o embasamento legal para acordos desta natureza? Seria apenas um favorecimento, gritante, à grilagem? É bom

que se comente, também, que essas expropriações, digo, expropriatórias caíram sobre imóveis de que os expropriados não tinham, como não têm, o domínio pleno, mas que, em sua maioria, alcançaram, os títulos, transcrição imobiliária, graças à convivência do Poder Judiciário de Porto Velho, na época representado pelo ex-judicante Antônio Alberto Pacca, posteriormente cassado pelo AI-5 (a cassação não afetou, em nada, a vida particular do ex-magistrado, que, cassado, entrou em gozo de férias e, bem gozadas estas, retornou à Comarca, onde oficializou sua antiga sociedade com determinado advogado e explora, além da advocacia, uma imobiliária...) Mas, após o ajuizamento das ações de desapropriação, o INCRA efetuou o depósito do valor da terra nua, em títulos de dívida pública e, das benfeitorias, em dinheiro, resguardando-se o direito de questionar a dominialidade da área expropriada, ou a validade dos títulos. Todavia, muito embora haja o INCRA se reservado esse direito, até o momento, decorridos mais de dois anos, nenhuma providência foi adotada nesse sentido. São milhões de cruzeiros que estão nas mãos de grileiros, como os irmãos Arantes, a render-lhes juros e correção monetária. Outro polígono declarado de interesse social para fins de reforma agrária (Decreto nº 75.286/74, cuja área se situa ao longo da BR-391 (Porto-Velho/Guarajá-Mirim), embora apresentasse todos os pré-requisitos à necessidade das desapropriações subsequentes (e por isto o Decreto), misteriosamente foram as ações relegadas ao esquecimento. Hoje, decorridos mais de dois anos da edição do Decreto presidencial, conclui-se, com desânimo, que o referido decreto caducou. Por onde anda o respeito da autarquia às altas decisões emanadas da Presidência da República? Por onde anda o interesse da autarquia para com os legítimos e humildes ocupantes das áreas desapropriadas, exatamente para serem distribuídas, na forma legal, entre os agricultores? Srs. Deputados, após todo um trabalho de infra-estrutura de informações conclui-se da necessidade das desapropriações. O Sr. Presidente da República assina os Decretos, mas o INCRA os deixa prescrever, beneficiando desse modo grandes e poderosos grileiros, em detrimento do pequeno agricultor e do seringueiro, razão da desapropriação, que continuam no mesmo abandono e perseguição, em condições subumanas. 'Permissa maxima venia' sugerimos a V. Exas. desses processos desapropriatórios, para estudo mais a curado das transações que neles se vêm materializando, bem assim a requisição dos processos administrativos que optaram pela desapropriação, por interesse social. Uma outra razão muito tensa no Território é a de Igarapé Grande e Abaitará, onde o fazendeiro paulista Fernando Iberê e seu grupo adquiriram, por licitação, do INCRA, cerca de 10.000 hectares de terras, então já ocupadas por cerca de 70 famílias de colonos, com benfeitorias anciãs agregadas ao imóvel. De posse do Título Definitivo (que lhe não devia ser outorgado enquanto não se acertasse a situação dos posseiros, conforme quer o Código Civil e leis específicas de ordem fundiária), o fazendeiro promoveu ação possessória contra algumas dessas famílias. O meirinho, de posse do mandado, requisitou força policial ao Comandante da Polícia Militar do Território, Tenente-Coronel PM Ivo Célio da Silva, que, incontinenti, a concedeu. Mas não somente concedeu a força policial, como também passou a coordenar o cumprimento do mandado judicial e ordenou à sua Polícia que desalojasse todos os ocupantes da área, constassem ou não seus nomes no mandado de demissão de posse. Cerca de oitenta famílias foram sumariamente despejadas e jogadas à beira da BR-364, ficando seus bens, animais domésticos (galinhas e porcos) a enriquecer o já rico fazendeiro."

É oportuno destacar que o Governador Humberto da Silva Guedes reconheceu perante esta CPI que, por falta de material humano, o INCRA não vem cumprindo a contento sua missão no Território de Rondônia. É oportuno ainda transcrever o que disse S. Exa. em resposta à seguinte indagação do Deputado Walber Guimarães: SENHOR GOVERNADOR, TENHO EM MÃOS O JORNAL DE BRÁSILIA, DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 1976, ONDE CONSTA UMA DECLARAÇÃO DE V. EXA. NOS SEGUINTE TERMOS: A TERRA É UM PROBLEMA EQUACIONADO. EM 1976, O INCRA ESTARÁ APARE-

LHADO PARA A SOLUÇÃO DA DISPUTA FUNDIÁRIA. PERGUNTO: V. EXA. MANTÉM ESTA OPINIÃO?

Resposta: "Em 1976, o INCRA reformulou toda a sua estrutura fundiária no Território. Criou 4 projetos, subdividiu, colocou e treinou aqui em Brasília, uma imensa equipe para ir atuar no Território. De forma que, quando foi dada esta declaração, estávamos na expectativa da chegada de todo esse pessoal treinado aqui em Brasília e que foram recrutados do País inteiro para constituírem e equiparem os Projetos fundiários e dar atendimento aos problemas da terra. Ocorreu, em 1976, que todos os projetos fundiários receberam realmente essas equipes novas e treinadas em Brasília. No entanto, hoje não resta mais ninguém lá, porque foram embora. Tanto que em 1976, Srs. Deputados, que era o ano chave do INCRA no Território, porque era o ano em que se pensava realmente em se fazer a titulação maciça do Território, foi o ano de menor rendimentos na titulação. Porque o INCRA ficou quase que totalmente desapercebido. Pessoas que exerciam funções importantes no Território saíram do INCRA por diversos motivos. E o INCRA então, encontra-se hoje no Território em situação bastante difícil quanto a pessoal. Coincidentemente, nessa mesma época, a entrada em vigor da reclassificação de pessoal, o que impedia o INCRA de continuar contratando antes que a reclassificação fosse aprovada e que só o foi agora. E, se o INCRA agora está conseguindo melhorar o atendimento dos projetos é porque o DASP permitiu que ele fizesse contratação de pessoal por projetos, não dentro do INCRA, mas sim, por projetos, e que pagasse o que era mais conveniente. O grande problema do Território continua sendo fundamentalmente recursos humanos para resolverem os problemas, nem sempre é o de dinheiro. De forma que esta afirmação, naquela época foi válida, porque esperava-se realmente esta solução."

O fracasso das atividades do INCRA na Amazônia foi reconhecido pelo advogado Amílcar Francisco Lando, que prestou depoimento perante esta CPI, em 31.8.77. O depoente focalizou com propriedade o problema da remuneração de pessoal na região, principalmente dos advogados, e afirmou, em diálogo que manteve com os Deputados Nasser Almeida e Jerônimo Santana, que a evasão de advogados do INCRA deve-se à baixa remuneração paga pela autarquia em comparação aos salários altamente atrativos que lhes são oferecidos pelos grandes grupos, verbis:

"O que eu não poderia fazer era permanecer eternamente advogado do INCRA. Certamente não haveria condições. Os salários não eram convidativos. Quando eu cheguei a Brasília, ganhava 2 mil e poucos cruzeiros por mês, como advogado, sem qualquer gratificação de função. Na realidade eu era apenas um servidor público, não um funcionário público. Ora, isso é um acinte. Com família composta de três filhos, eu não podia subsistir com esse salário. Tanto é que a minha estada em Brasília, enquanto permaneci no INCRA, foi altamente deficitária. É evidente que são questões individuais que o choque não devem ser trazidas à Comissão. Mas é apenas um exemplo, pois entendo que justamente nesse aspecto foi onde se esvaziou o processo de reforma agrária. O INCRA teve uma elite de técnicos, no seu início, especialmente na época do IBRA, que aos poucos o foram abandonando, conquistados por outras empresas, pela esfera privada, principalmente, que paga salários compensadoramente maiores. Nesse aspecto, o INCRA se recende de advogados. Isso posso notar em Rondônia. Embora todos sejam bem intencionados, a inexperiência da problemática amazônica leva a que a parte contrária tenha sua chance garantida. Lembro-me de que no Acre enfrentei, por exemplo, Frederico Marques, com pareceres; professor Agostinho Alvim, como ex adverso, e assim por diante. É claro que os grandes interesses buscarão os professores de Direito. Enquanto o INCRA estiver pagando o atual salário, não poderá,